



Congresso conclui hoje análise da nova meta fiscal

Presidente do Senado confirmou que os dois destaques ao projeto restantes serão avaliados com debate e votação nominal para evitar que haja questionamentos

A revisão da meta fiscal vai ser concluída hoje, afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira. O texto-base do projeto, que alterou a meta fiscal de 2017 e de 2018 para R\$ 159 bilhões, foi aprovado na madrugada de quinta-feira, mas restaram dois destaques. Para evitar questionamentos, Eunício disse que vai votar os textos nominalmente. Ele também avaliou que, mesmo com o feriado, quorum não será problema. **3**



Eunício Oliveira diz que votação do texto-base semana passada foi exaustiva



Deputada Bruna Furlan, Fernando Collor, José Botafogo e Luiz Afonso Senna

É preciso fortalecer o Mercosul no mundo, dizem especialistas

Participantes de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores disseram que é preciso fazer com que o Mercosul tenha mais peso na economia global. Para isso, as posições do Brasil e da Argentina são determinantes, destacou o embaixador José Botafogo. Ele pediu revisão dos objetivos nacionais e regionais do Brasil e apontou três áreas que devem orientar o Mercosul: agronegócio, energia e modernização de infraestrutura.

O professor Luiz Afonso

Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também pediu atenção à questão da infraestrutura, em especial de transportes. Ele ressaltou que a integração rodoviária é importante para o escoamento da produção agrícola e para a integração comercial do bloco.

Para o presidente da comissão, Fernando Collor, a principal conquista do Mercosul é a garantia de paz para a região. Quem comercializa não quer guerrear, disse o senador. **7**

REPORTAGEM ESPECIAL



Senadores assistem à defesa de José Eduardo Cardozo, advogado de Dilma

Impeachment de Dilma Rousseff completa um ano

Na quinta-feira, completou um ano que o Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff. Em 31 de agosto de 2016, ela passava à condição de ex-presidente e Michel Temer, que exercia a chefia do Poder Executivo de forma interina, assumia o Palácio do Planalto em definitivo. Dilma foi acusada de ter assinado decretos de créditos suplementares sem

a autorização do Congresso e de ter atrasado repasses ao Banco do Brasil referentes ao Plano Safra (as pedaladas fiscais). O Portal de Notícias do Senado produziu uma reportagem especial interativa que, entre outros aspectos, mostra as etapas do processo de impeachment e apresenta a avaliação dos senadores sobre o impedimento de Dilma. **8**

Sessão do Senado homenageia 50 anos da Asefe **2**

Protocolo para curso em justiça social sai hoje **2**

Texto agiliza liberação de criança de lar problemático e destrava adoção



Os senadores estudam um projeto que muda a lei para facilitar as adoções. Atualmente, antes do encaminhamento à adoção, a prioridade é tentar reinserir a criança ou o adolescente em sua família biológica, por mais problemática que ela seja. O projeto acelera a perda do poder familiar ao considerar que o que deve ser priorizado é o bem-estar do menor de idade. **4 e 5**



Projeto em estudo no Senado busca liberar crianças de abrigos para adoção

Comissão pode votar sistema distrital misto nas eleições

A Comissão de Constituição e Justiça pode votar amanhã projeto de José Serra que institui voto distrital misto nas eleições proporcionais. O sistema se aplicaria às eleições para os legislativos municipais, estaduais, distrital e federal.

A comissão pode votar também proposta de emenda à Constituição que muda o regime de governo para parlamentarismo. **3**

Collor participa de despedida da missão brasileira no Haiti

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, participou na quinta-feira, no Haiti, da cerimônia de encerramento da missão das Nações Unidas no país caribenho.

A missão de paz no Haiti foi liderada pelas Forças Armadas do Brasil. Desde 2004, cerca de 37,5 mil militares brasileiros foram enviados ao país mais pobre das Américas. **6**



Encartado nesta edição, segue o **Jornal Senado Mulher**



Associados, funcionários e dirigentes da Assefe em sessão especial presidida pelo senador Hélio José (4º à esq.)

Assefe faz 50 anos e recebe homenagens em sessão

Parlamentares e diretores da Associação dos Servidores do Senado Federal destacaram o firme compromisso com a educação e a socialização dos servidores como pilares da entidade

O SENADO HOMENAGEOU ontem, em sessão especial, a Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe) pelos 50 anos de existência. A entidade foi fundada no dia 7 de setembro de 1967 e teve sua atuação nos campos de educação, esporte e lazer destacadas por senadores e diretores da associação.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, que abriu a sessão, elogiou a Assefe, entre outras razões, por seu compromisso com a educação, materializado na abertura de um centro de educação infantil que hoje atende mais de 200 crianças entre 4 meses a 5 anos de idade.

Hélio José (PMDB-DF), autor do requerimento de homenagem, lembrou que a Assefe também atuou na efetivação de direitos aos servidores, especialmente no período anterior à Constituição de 1988, quando o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis) ainda não havia sido fundado. Entre outras políticas efetivadas naquela época, citou o

auxílio-alimentação.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), a Assefe cumpre hoje um papel imprescindível, por meio de sua infraestrutura e da atuação na socialização dos servidores e da comunidade por meio da promoção de eventos e atividades de lazer e esportes.

— Isso não é pouca coisa, esses são complementos muito importantes para a qualidade de vida de qualquer pessoa. Portanto, colaboram para que os servidores continuem prestando um bom trabalho — afirmou.

Diretores da entidade também falaram durante a sessão, destacando a atuação da Assefe nas áreas dos direitos dos servidores, educação e esportes.

Energia

Hélio José conclamou a Assefe e o Sindicato de Clubes e Entidades de Classe Promotoras de Lazer e Esportes do Distrito Federal (Sinlazer-DF) a trabalharem em conjunto com a assessoria dele na efetivação de políticas públicas

voltadas para a energia solar e o melhor aproveitamento dos resíduos sólidos, tanto no DF quanto na elaboração de propostas para o país.

— Sou um senador que apoia o associativismo e o servidor público e quero estabelecer com vocês uma parceria voltada para a modernidade na questão da energia solar e no aproveitamento de resíduos — disse o senador, lembrando que os clubes geram grande quantidade de resíduos sólidos orgânicos.

Em entrevistas concedidas para a Agência Senado após a sessão, tanto o presidente do Sinlazer, Claudionor Pedro dos Santos, quanto o da Assefe, Petrus Elesbão, confirmaram que irão se reunir com Hélio José para tratar desses assuntos.

Elesbão afirmou que a Assefe já conta com um projeto voltado para a otimização no uso da energia, cuja implantação deve iniciar-se em breve. Santos disse que o Sinlazer tem “interesse total” na generalização das práticas ambientais por todos os demais clubes do Distrito Federal.

Protocolo para criar curso em justiça social será assinado hoje

Protocolo de intenções para criar o curso de especialização em justiça social, criminalidade e direitos humanos será assinado hoje pelos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, o interino da Câmara, André Fufuca, do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carrero, e o diretor do Instituto Latino-Americano da ONU para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud), Elias Carranza, com a presença do ex-presidente da Casa José Sarney. Com início no segundo semestre de 2018 e oferta de 35 vagas, o curso será realizado no Instituto Serzedello Corrêa do TCU para servidores da administração pública. Exigirá inglês e espanhol porque algumas aulas serão ministradas por professores estrangeiros. A iniciativa pode dar base para o Brasil sediar a primeira Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social da ONU.

Oficina Senado Mulheres é prestigiada em Manaus

Manaus recebeu na sexta-feira a primeira Oficina Senado Mulheres nas Casas legislativas.

— O encontro foi um sucesso, como se pode ver pelo grande número de mulheres que participaram — avaliou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da mulher.

O projeto é iniciativa do ILB/Interlegis, da Procuradoria Especial da Mulher, do Observatório da Mulher contra a Violência, do Comitê de Gênero e Raça do Senado, da Diretoria-Geral e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

A ação da bancada feminina no Senado tem o formato de oficina dividida em quatro módulos: “Liderança e oportunidades iguais; “Saúde da mulher: autonomia no corpo e na vida”; “Observatório da Mulher contra a Violência: produção de dados sobre violência contra as mulheres e “Ascensão profissional de mulheres”.

Moka quer conclusão das obras de corredor que facilitará exportações

Waldemir Moka (PMDB-MS) manifestou otimismo com a conclusão do Corredor Bioceânico, ligação rodoviária entre o Brasil e o Pacífico. O senador ressaltou que a obra reduzirá em 8 mil quilômetros o trajeto



Waldemir Moka/Agência Senado

da produção aos portos asiáticos, o que diminuirá em 12% o custo dos produtos.

Moka lembrou que o Brasil gastaria menos de R\$ 150 milhões com efeito positivo para as exportações.

Privatização da Eletrobras pode afetar consumidor, afirma Hélio José

Hélio José (PMDB-DF) disse ser contrário à ideia do governo de privatizar a Eletrobras. Mesmo reconhecendo ser importante aprimorar as leis do setor, ele disse que a venda das empresas pode ocasionar o aumento da conta de luz para

o consumidor final.

O senador acredita que o dinheiro da privatização será destinado aos juros da dívida pública e duvidou que seja aplicada no Rio São Francisco parte dos recursos da venda da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

Lindbergh: caravana de Lula leva ao povo esperança e mostra força de ex-presidente

Lindbergh Farias (PT-RJ) avaliou que a caravana de campanha de Lula leva esperança ao país e mostra a força da relação do ex-presidente com o povo. Para ele, a repercussão positiva da caravana contras-



Lindbergh Farias/Agência Senado

ta com o desgaste da política no Brasil. O senador disse que as pessoas estão atentas à perda de direitos e ao desemprego e se lembram de que Lula melhorou a vida dos trabalhadores e reduziu a pobreza.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- Cide**
9h A pauta da comissão tem 6 itens. Entre eles, projeto que dispõe sobre a aplicação dos recursos da Cide (PLS 11/2013).
- CAE Pagamento de boleto**
10h A comissão deve votar, entre 16 itens, o PLS 138/2009, que libera o pagamento de boleto bancário em qualquer agência bancária, inclusive após a data do vencimento.
- CMA Funai**
10h30 Audiência interativa sobre a autorização prévia da Funai para a negociação de títulos mobiliários.
- CE Feriados antecipados**
11h30 A pauta inclui 23 itens. Entre eles, o projeto que dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados (PLS 389/2016).
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, a MP 777/2017, que institui a Taxa de Longo Prazo, e o PLS 206/2017, que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.
- MP 782/2017 Órgãos da Presidência**
14h30 A comissão responsável pela MP, que reorganiza órgãos da Presidência e ministérios, avalia relatório.
- MP 784/2017 Acordos de leniência**
14h30 A comissão responsável pela MP, sobre acordos de leniência, se reúne para continuar a análise de relatório.
- MP 785/2017 Fies**
14h30 Audiência pública com representantes da UNE e da Ubes sobre a MP, que muda regras do Fies.
- MP 790/2017 Código de Mineração**
14h30 A comissão responsável pela MP, que altera o Código de Mineração em diversos pontos, decide o plano de trabalho.
- MP 793/2017 Renegociação Funrural**
14h30 A comissão da MP, que permite a renegociação com o Funrural, analisa o plano de trabalho.
- MERCOSUL Reunião**
14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul se reúne.
- CONSELHO DE ÉTICA Denúncia**
15h Escolha de relator da denúncia contra Lindbergh Farias.
- CONGRESSO Revisão da meta fiscal**
19h Congresso vota as emendas destacadas ao PLN 17/2017, que fixa nova meta fiscal.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** senado.leg.br/TV

Congresso votará os dois destaques que não foram aprovados com o texto-base do projeto na madrugada de quinta. Deficit para este ano passou para R\$ 159 bilhões

Eunício: revisão da meta fiscal será concluída hoje

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, confirmou para hoje o término da votação da revisão da meta fiscal. Ele garantiu que os dois destaques restantes serão debatidos e votados nominalmente, para que não haja questionamentos.

— Podem me acusar de qualquer outra coisa, menos de não ser democrático.

Quanto ao quorum para votação, Eunício lembrou que não se trata de responsabilidade da presidência, mas do governo, garantir a presença dos parlamentares em Plenário. Ele disse que o feriado de 7 de setembro não vai atrapalhar.

— É compreensível não termos tido quorum para concluir a votação da nova meta. Foram dois dias exaustivos, de 11 horas cada sessão.

A revisão da meta está no

PLN 17/2017, que permite ao Executivo aumentar o deficit primário (diferença entre receitas e despesas) de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões este ano. O texto-base do projeto foi aprovado na madrugada de quinta-feira.

Regras eleitorais

Eunício voltou a cobrar da Câmara a votação da PEC 282/2016, que acaba com as coligações nas eleições proporcionais e cria exigência de desempenho mínimo para os partidos políticos.

— A PEC resolve 80% das pendências em relação às eleições, que são a cláusula de barreira, o fim das coligações proporcionais e o voto distrital misto, para aproximar o eleitor do candidato. O Senado já fez o dever de casa. Espero que a Câmara faça nesta semana.



Presidente do Senado, Eunício diz que destaques serão votados nominalmente para evitar questionamentos

Mudança do sistema eleitoral está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça

Estão na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projetos e propostas de emendas à Constituição (PEC) que alteram o sistema eleitoral, com a adoção do voto distrital, e o sistema de governo, instituindo o parlamentarismo. Também pode ser votada a PEC 33/2012, que prevê a redução da maioria penal e tramita em conjunto com quatro outras propostas.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 86/2017, de José Serra (PSDB-SP), institui voto distrital misto nas eleições proporcionais. O sistema se aplicaria às eleições para Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, assembleias legislativas e câmaras municipais. A ideia é que o país seja dividido em distritos, nos quais o eleitor votará duas vezes: uma para eleger um representante do distrito e outra para o partido de sua preferência.

O modelo é uma combinação do voto proporcional e do voto majoritário. Os eleitores têm dois votos: um para candidatos no distrito e outro para as legendas (partidos). Os votos em legenda (sistema proporcional) são computados em todo o estado ou município, conforme o quociente eleitoral (total de cadeiras divididas pelo total de votos válidos). Já os votos majoritários são destinados a candidatos do distrito, escolhidos pelos partidos políticos, vencendo o mais votado.

Ao justificar a proposta, Serra faz referência ao declínio de legitimidade do sistema político e partidário. Segundo ele, o problema mais grave é o atual modelo eleitoral, baseado em imensos distritos, os estados, em que os candidatos disputam votos nas mais diferentes regiões, o que faz com que seja fraca a identificação dos eleitores com seus representantes.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), defende a aprovação do projeto com cinco emendas, duas delas para ajustes de redação. A terceira emenda promove ajustes na lei eleitoral que

trata da delimitação dos distritos, com substituição da referência inicial a “número de eleitores” por “número de habitantes” como critério para divisão de cada área eleitoral.

A quarta emenda elimina a figura do suplente para os candidatos que disputam eleições para cada Casa legislativa. A quinta, por sua vez, estabelece que o voto distrital misto nas eleições para vereador fique restrito aos municípios com mais de 200 mil eleitores.

De acordo com o projeto, o novo sistema deve vigorar na eleição seguinte ao ano de publicação da lei. Para o relator, o modelo misto reúne as qualidades dos sistemas distrital e proporcional, assegurando aos partidos uma representação próxima do percentual de eleitores que detém. Ele acredita que os custos das eleições serão reduzidos, pois diferentemente de hoje, as áreas de disputa por votos serão menores, com menos candidatos.

O projeto terá votação terminativa na CCJ, podendo seguir diretamente para análise na Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso de senadores para que a decisão final em Plenário.

Emendas constitucionais

De Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC 61/2007 também recomenda o sistema eleitoral misto e tramita em conjunto com outras duas. A PEC 9/2015, de Reguffe (sem partido-DF), sugere a instituição do voto distrital puro no Brasil.

Já a PEC 90/2011, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), estabelece sistema apenas majoritário nas eleições para a Câmara dos Deputados, mas mediante a divisão dos estados em distritos de votação. O mesmo sistema seria aplicado nas eleições para deputados estaduais, deputados distritais e vereadores, mas o texto atribui a cada Casa legislativa a delimitação da área dos distritos.

O relator das três propostas, Valdir Raupp (PMDB-RO), defende a aprova-

ção da PEC 61/2007, de Valadares, na forma de um texto substitutivo.

Para serem aprovadas, as PECs dependem de exame final em Plenário, com discussão e votação em dois turnos.

Parlamentarismo

A PEC 102/2015, de Valadares, propõe a adoção do parlamentarismo no Brasil no lugar do presidencialismo vigente hoje. O autor argumenta que, no parlamentarismo, as crises podem ser resolvidas sem colocar em risco as instituições, já que o modelo tem regras mais flexíveis para a destituição de governantes. A mudança do sistema já foi debatida pela sociedade brasileira por duas vezes, nos plebiscitos de 1963 e de 1993, nos quais foi derrotada. Além disso, foi objeto de discussão durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

A PEC do Parlamentarismo estabelece que o novo sistema só será implantado após aprovação em referendo e a partir da posse do presidente da República eleito após a realização da consulta popular. Para Valadares, nesse momento em que a democracia brasileira se encontra consolidada, o debate será mais positivo. O relator da PEC, Roberto Rocha (PSB-MA), propõe a aprovação da matéria na forma de um substitutivo.

Maioridade penal

A redução da maioria penal é tema de quatro propostas de emenda à Constituição que tramitam em conjunto na CCJ. Uma delas é a PEC 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira, que abre a possibilidade de punição de menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de crimes graves.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da matéria, apresentou substitutivo pela aprovação do texto de Aloysio e rejeição das outras três propostas: a PEC 74/2011, de Acir Gurgacz (PDT-RO), a PEC 21/2013, de Alvaro Dias

(Pode-PR), e PEC 115/2015, da Câmara dos Deputados.

Para Ferraço, a proposta de Aloysio estabelece solução para o problema da delinquência juvenil, mas ainda assim é necessário ajustar o texto. O relator detalha os crimes graves envolvendo menores que podem ser alvo do chamado “incidente de desconsideração da imputabilidade penal”.

Além dos crimes hediondos listados na Lei 8.072/1990, a redução da maioria seria cabível na prática de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado. Ao contrário do que estabelecia a proposta de Aloysio Nunes, o relator decidiu excluir desse rol o crime de tráfico de drogas. Se aprovada na CCJ, a proposta também passará pelo crivo do Plenário.

Tornezeleiras

Os condenados monitorados eletronicamente podem passar a arcar com as despesas de manutenção desses equipamentos, conforme o PLS 310/2016, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC).

Segundo levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o principal item utilizado no monitoramento é a tornozeleira eletrônica. A despesa média mensal por pessoa monitorada oscila entre R\$ 167 e R\$ 660. Para Bauer, a sociedade “não pode e não deve arcar com esse custo.”

O texto altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) para permitir que os custos com esse monitoramento eletrônico possam ser descontados, por exemplo, do valor que o preso eventualmente recebe pelo trabalho remunerado que foi autorizado a realizar. A proposta tem voto favorável, com emenda, de Simone Tebet (PMDB-MS).

Por ser terminativo, se aprovado na comissão, o projeto segue para a Câmara, a não ser na hipótese de recurso para decisão final em Plenário.

Senadores analisam projeto de lei que destrava adoções no país

De acordo com a proposta, deixará de ser prioridade a tentativa de reintegração da criança ou do adolescente à família biológica problemática

Guilherme Oliveira

PARA CADA CRIANÇA brasileira à espera de um lar, existem cinco famílias dispostas a adotar um filho ou uma filha. Se essa conta não fecha e ainda há perto de 8 mil crianças vivendo em abrigos, é porque existem gargalos para que os processos de adoção no país andem.

Há seis meses, o *Especial Cidadania* abordou o tema da adoção e mostrou as dificuldades burocráticas que fazem com que o processo possa levar até sete anos para ser concluído. Desde então, um novo projeto de lei foi apresentado ao Senado, e ele ataca os entraves.

Trata-se do PLS 223/2017, do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que está na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto facilita e agiliza a adoção, dá mais segurança jurídica aos processos e reconhece a importância da família adotiva para o atendimento dos melhores interesses dos jovens.

Para Walter Gomes de Sousa, supervisor de adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, a iniciativa pode ser revolucionária:

— Ouso dizer que é a proposta mais adequada apresentada nos últimos anos, porque ataca alguns pontos nevrálgicos.

O advogado Hugo Teles trabalha com o grupo de apoio à adoção Aconchego, que atua com a orientação de famílias e a integração social e comunitária de jovens abrigados. Ele afirma:

— O grande mérito do proje-

to é dar agilidade ao processo com responsabilidade. Estamos falando da vida de milhares de crianças. Ele é exitoso porque encurta procedimentos.

O Cadastro Nacional de Adoção, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), registrou no final de agosto 7,9 mil crianças e adolescentes prontos para adoção nos abrigos de todo o Brasil. Ao mesmo tempo, havia 40,9 mil famílias habilitadas para adotar.

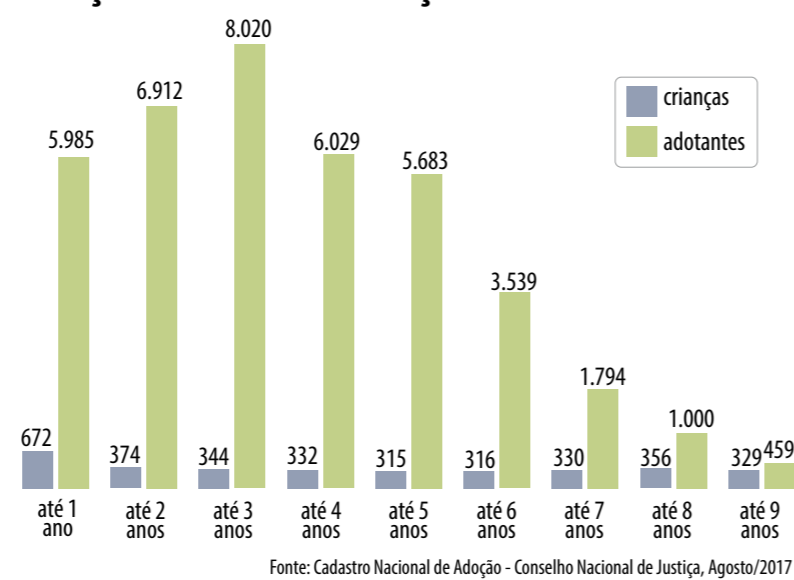
Na verdade, há mais de 55 mil crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. A grande maioria, entretanto, ainda não pode ser inserida no cadastro e não está na fila da adoção.

Desligamento

O que provoca esse período de indefinição é a necessidade de concluir o processo de destituição do poder familiar, que é o desligamento da criança de sua família natural. As razões que podem levar um jovem a um abrigo são várias (violência ou dependência química na família, por exemplo), mas a lei ainda privilegia a reinserção na família natural sobre qualquer outra medida.

Por isso, as autoridades judiciais precisam esgotar todas as medidas cabíveis nesse sentido antes de determinarem que o melhor passo é encaminhar o jovem para a adoção. Essas medidas incluem reabilitação social da família e procura por parentes distantes. Elas podem levar anos e não raro demoram mais do que o processo de adoção em

Relação adotantes x crianças até 9 anos



si. Nesse período, a criança não pode voltar para a casa antiga nem procurar uma nova. A primeira medida do projeto de lei é mudar esse entendimento, desfazendo a prioridade da reinserção e orientando a Justiça a agir de acordo com o “superior interesse” da criança ou do adolescente.

— É razoável que a criança seja colocada no limbo jurídico, aguardando que a família biológica resolva os seus problemas, supere as suas crises? Não é — diz Gomes de Sousa. — Você acaba colocando num plano superior o interesse dos adultos, em detrimento dos interesses das crianças e adolescentes.

Esse novo ângulo não é unanimidade. O deputado Diego Garcia (PHS-PR) é relator do projeto de lei que cria o Estatuto da Família (PL 6583/2013). Para ele, as novas regras para adoção são em geral positivas e merecem ser aprovadas. Porém, ele acredita que uma mudança interpretativa sobre a relação da criança com sua família biológica contribuiria para “fragilizar” os núcleos familiares — em especial os mais vulneráveis.

— Se não há políticas públicas que façam o acompanhamento dessa família, que deem atenção e orientação a ela, estamos tentando resolver um problema, mas vamos ver outros tendo continuidade. A pergunta que temos que fazer ao Estado é se ele está cumprindo o seu papel. Entendo que é um remendo a retirada da excepcionalidade [antes] de esgotar todas as tentativas.

Segundo um estudo feito em 2015 pelo CNJ, não é incomum que se passem seis anos até a adoção se efetivar — isso após a conclusão da destituição da família biológica.

Levando em consideração que a maioria dos adotantes tem

preferência por crianças de até 6 anos de idade, isso significa dizer que, na maioria dos casos, uma família inicia a jornada rumo à adoção antes mesmo de seu futuro filho adotivo nascer.

Significa também que muitas crianças em idade preferencial para adoção envelhecem ao longo de todo esse tempo de espera e entram na pré-adolescência ou adolescência, quando as chances de conseguir um lar caem drasticamente.

Cursos

Além da destituição do poder familiar, uma etapa que leva tempo até ser concluída é a habilitação da família adotante. A lei exige que todos os indivíduos ou casais que desejem adotar passem por uma bateria de acompanhamentos sociais e cursos, além de se submeterem a verificação das suas condições sociais.

O advogado Hugo Teles tem dois filhos adotivos. Ele e a mulher, brancos, são pais de duas crianças negras, decisão que originalmente não estava no horizonte deles, mas surgiu de forma natural durante o processo. O importante, destaca ele, é abordar a própria situação de forma honesta:

— Quando falamos do perfil desejado, temos que ter cuidado e respeitar. Temos que lembrar que estamos falando da capacidade e do desejo das pessoas. Quem pretende constituir uma família por meio da adoção tem que ter muito claras duas coisas: o que quer e do que dá conta. Tem que ser muito bem pensado para que a gente evite a pior situação de todas, que é a desistência das adoções. Isso é terrível, principalmente para a criança, que sofre uma rejeição enorme.

O PLS 223/2017 determina que



Um dos principais problemas para a efetivação das adoções é a demora para a habilitação das famílias que querem adotar: projeto do Senado reduz esse tempo

os processos de habilitação para adoção sejam concluídos em até 240 dias — prazo que pode ser prorrogado por mais 60 a depender do caso. Isso representa uma redução que pode chegar a 85% do tempo médio de duração desses processos em algumas regiões do país.

Segundo os especialistas, é uma intenção avissareira, porém pode ser um desafio intransponível. Isso porque as Varas da Infância e Juventude pelo Brasil já sofrem com falta de estrutura e recursos para cumprir esses requisitos da forma como são.

Gomes de Sousa afirma que, sem uma destinação orçamentária mais robusta para as varas, cumprir as novas regras será inviável:

— As varas estão sucateadas, de pires na mão. Há varas sem magistrados constituídos ou sem equipe multidisciplinar para assessorá-los. É necessário que a legislação garanta a celeridade, mas também que os meios para que isso ocorra sejam garantidos.

O processo de habilitação para a adoção é conduzido por

profissionais especializados em psicologia, serviço social e outras áreas relevantes, que constituem equipes multidisciplinares. Eles também trabalham junto às crianças e adolescentes nos abrigos, preparando-as para começar uma nova vida em um novo lar.

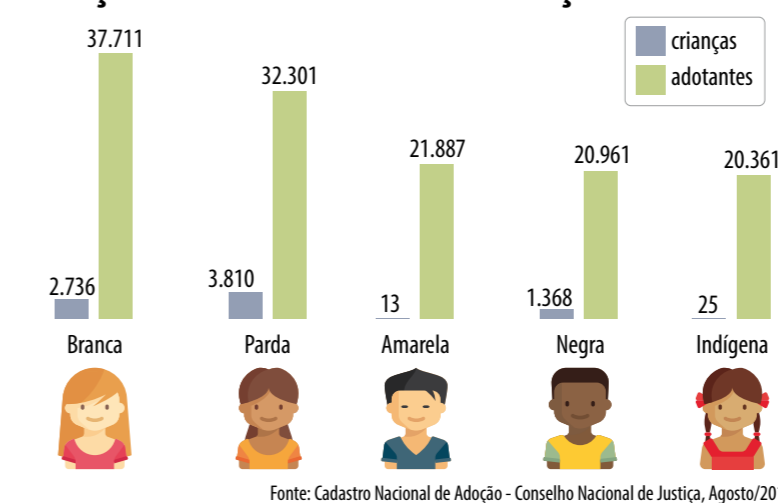
Sem essas equipes, os processos emperram. O projeto de lei prevê que os juízes possam em situações excepcionais designar peritos *ad hoc* quando não houver equipes disponíveis, de modo a não interromper o andamento dos trabalhos.

Espera

Após a habilitação, o adotante é inserido no cadastro, entra na fila e há o trâmite do processo de adoção em si: a combinação com uma criança ou adolescente (a partir das características), o estágio de convivência e, sendo tudo isso bem-sucedido, a finalização.

Na reportagem de seis meses atrás, o *Especial Cidadania* conversou com o casal C. e F., do Distrito Federal que aguardam

Relação adotantes x etnia da criança



na fila da adoção. Para eles, a habilitação demorou 29 meses. A etapa atual, que é o processo da adoção propriamente dita, já dura desde o início de 2016.

C. afirma que vê com bons olhos o estabelecimento de um prazo. Para ela, a experiência ensinou que ficar “no escuro” traz um desafio a mais para a experiência.

Nos últimos meses, o casal progrediu 77 posições na fila, de 299 para 222, mas eles não foram informados desse avanço. Segundo C., são os próprios postulantes à adoção que precisam ir à Vara da Infância para obter atualizações quanto à situação da sua candidatura. As informações sobre a fila não são públicas.

O projeto de lei em análise no Senado não cria para as varas a obrigação de atualizar periodicamente os adotantes, mas define um prazo também para a conclusão do estágio de convivência (90 dias) e para o processo de adoção como um todo (120 dias, prorrogáveis por igual período).

Devido às preferências ex-

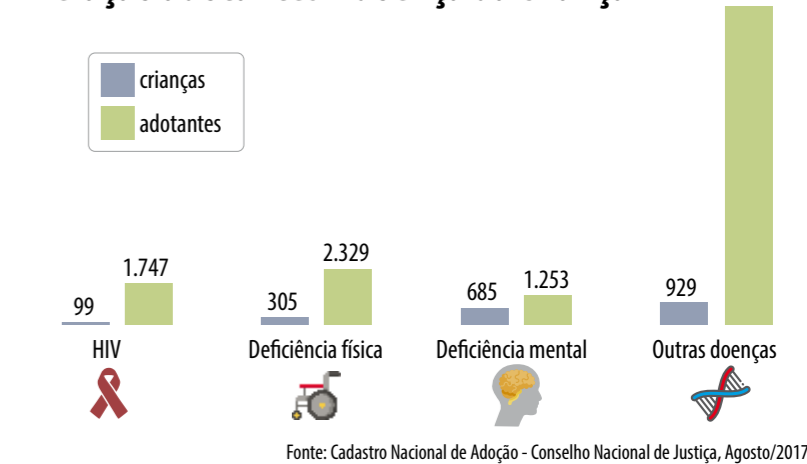
pressadas pelo adotante, a fila da adoção não é uma linha reta para as crianças e adolescentes à espera. As características que cada família procura em um filho ou uma filha são distintas, mas alguns perfis encontram mais resistência do que outros.

Etnia e idade

A etnia, em si, não se apresenta como uma barreira tão grande. Segundo os dados coletados no final do mês de agosto, crianças e adolescentes brancos e negros dispõem, na média nacional, de proporção semelhante de famílias dispostas a adotá-los: são 15,3 adotantes para cada jovem negro e 13,8 para cada branco. Já os jovens declarados como pardos têm, em média 8,5 famílias à procura cada um.

O obstáculo mais evidente é a idade: crianças de até 5 anos em geral encontram uma larga seleção de famílias dispostas a adotá-las. A partir do sexto ano de vida, porém, o número de candidatos despenca vertiginosamente. Adolescentes de 11 anos ou mais já são mais

Relação adotantes x doença da criança



numerosos do que a quantidade de adotantes à procura.

O PLS 223/2017 oferece um instrumento para ajudar a melhorar a condição desses adolescentes, que, em geral, têm muito menos perspectiva de deixarem o abrigo antes da maioridade. O apadrinhamento afetivo, prática já estimulada informalmente pelos grupos de apoio à adoção e pelas próprias instituições de acolhimento, pode ganhar respaldo legal caso o projeto seja aprovado.

É uma espécie de adoção social. Nela, uma família, um indivíduo ou mesmo uma pessoa jurídica se responsabiliza pela integração do jovem à comunidade, financiando atividades extracurriculares, levando-o a eventos, tutelando-o em estudos e inserindo-o em círculos que colaborem para o seu desenvolvimento pessoal, intelectual e social. O jovem não deixa o abrigo nem se formaliza como filho, mas ganha uma “ponte” com o mundo exterior que pode fazer a diferença na sua vida.

Outra dimensão de dificuldade encontram as crianças que sofrem de alguma deficiência ou portam o vírus da aids. Atualmente, menos de 5% dos adotantes cadastrados no Brasil estão dispostos a aceitar um filho que tenha testado positivo para o HIV. Já os jovens com deficiência mental, que perfazem quase 10% de todos os disponíveis para adoção, também enfrentam grande dificuldade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já garante prioridade de tramitação para os processos de adoção envolvendo esses casos. O PLS 223/2017 expande esse tratamento privilegiado para jovens com todo tipo de necessidades específicas de saúde.

Quem também pode ganhar tratamento prioritário são grupos de irmãos. De acordo com o projeto, eles deverão ser adotados juntos sempre que possível, de modo a não desfazer o vínculo fraternal. Os processos de ado-

ção para famílias que estejam dispostas a acolher irmãos, portanto, também terão lugar prioritário na fila.

Outra inovação trazida pelo projeto de lei é a criação de um conjunto de regras e procedimentos para que mulheres gestantes que não tenham condição ou desejo de criar o bebê possam iniciar o processo de adoção, através da Vara da Infância e da Juventude, antes mesmo de darem à luz.

Aborto

O deputado Diego Garcia, relator do Estatuto da Família, vê com bons olhos a ideia. Em sua avaliação, abrir essa via de forma segura para as mulheres pode diminuir a incidência de abortos.

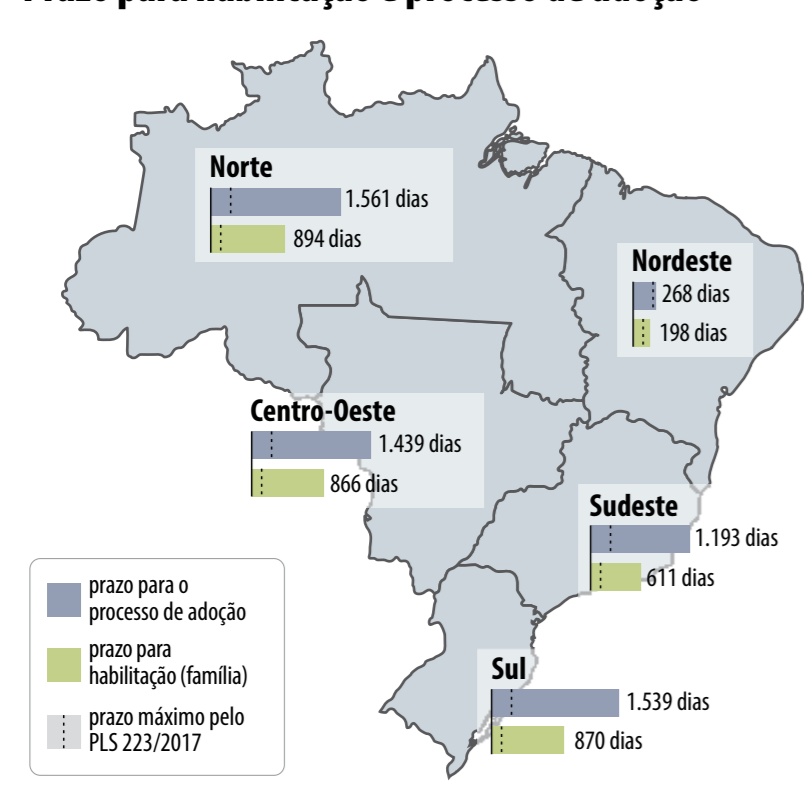
— A medida dá à mãe a oportunidade de não ter que se submeter a essa prática, que tira a vida da criança e traz consequências. Também contribui para que a criança não seja depois abandonada.

Para o advogado Hugo Teles, o ponto mais importante desse dispositivo é garantir o sigilo às gestantes que procurarem as varas para encaminhar a adoção — inclusive da própria família delas, se assim quiserem. Atualmente, segundo ele, as mulheres são “massacradas” com perguntas invasivas e precisam envolver muitas outras pessoas na decisão. Além do estigma social, essa perspectiva intimida e impede que muitas deem esse passo.

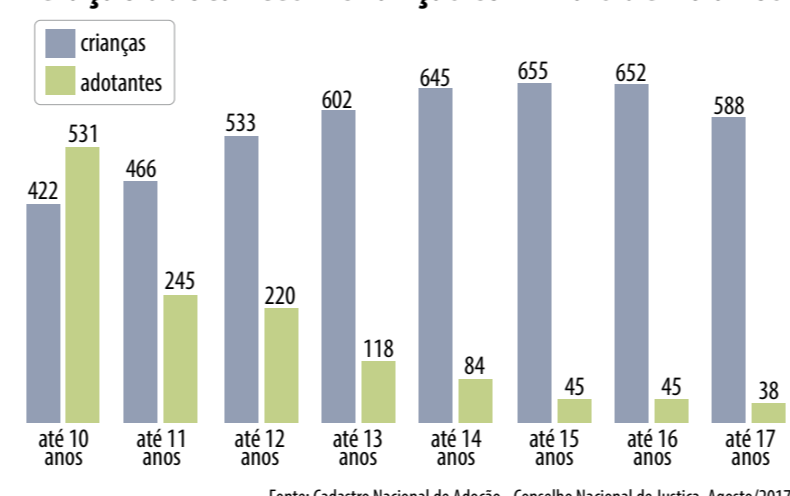
— É uma questão essencial do direito da mulher ela manifestar a intenção de entrega da criança para adoção sem dar maiores detalhes da sua vida pessoal. É um direito da gestante manter o sigilo se for o seu desejo. É uma questão de preservação da própria intimidade.

O PLS 223/2017 ainda não tem relator na CDH. Caso seja aprovado lá, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que terá a palavra final. Depois, o texto poderá seguir diretamente para a Câmara.

Prazo para habilitação e processo de adoção



Relação adotantes x crianças com mais de 10 anos



Saiba mais

Em maio de 2013, a adoção foi tema da *Em Discussão!*: <http://bit.ly/EmDiscussao15>

Vídeo da TV Senado sobre projeto para agilizar a adoção: <http://bit.ly/cidadaniaAdocao>

Collor participa de despedida do Brasil no Haiti

A missão de 24 países foi comandada pelas Forças Armadas do Brasil, que deslocaram cerca de 37,5 mil militares para o país caribenho

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), parabenizou os brasileiros que contribuíram para o sucesso da estabilização do Haiti e homenageou os 25 militares que morreram durante a missão de paz no país.

Na quinta-feira, Collor participou, no país caribenho, da solenidade de encerramento da missão das Nações Unidas liderada por militares das Forças Armadas do Brasil.

De acordo com o senador, nos 13 anos em que permaneceram no país, os militares brasileiros enfrentaram terremotos, furacões e graves crises sociais e políticas.

Collor viajou em atendimento à designação do presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Também participaram da solenidade a presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), e o ministro da Defesa, Raul Jungmann.

O trabalho da médica e sanitária Zilda Arns, que morreu em 2010, aos 75 anos, também



Dep. Bruna Furlan, Jungmann e Collor entre militares da missão brasileira no Haiti, que encerra suas atividades

foi lembrado pelo senador.

Ela participava de uma missão humanitária para introduzir o trabalho da Pastoral da Criança em Porto Príncipe, quando um terremoto devastou a capital do país.

Comenda

Collor propôs e a Comissão Diretora do Senado aprovou em abril a criação da Comenda Zilda Arns para homenagear pessoas ou instituições que desenvolvam, no Brasil, ações e atividades destinadas à proteção da criança e do adolescente.

O comandante militar do Sudeste, general João Camilo Pires de Campos, comemorou

o êxito da missão.

— Esses militares que estiveram no pátio hoje [quinta-feira] escreveram a história deles, mas também escreveram a história do Exército brasileiro.

Nações Unidas

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, agradeceu aos militares, relacionando o trabalho dos brasileiros com a concretização dos objetivos da criação das Nações Unidas, de defesa da vida em todo o mundo, e com o reconhecimento internacional ao Brasil.

— Soldados, provedores da paz: os senhores ergueram o nome do Brasil a um novo

patamar, elevaram o reconhecimento que a todos nós muito orgulha.

Desde 2004, cerca de 37,5 mil militares das Forças Armadas trabalharam nas missões de paz no país mais pobre das Américas. No dia 15 de outubro, a missão encerrará suas atividades. Em seguida, será ativada a Minujusth, uma nova missão das Nações Unidas pelo apoio à Justiça no Haiti. O foco da iniciativa será dar suporte às instituições haitianas, especialmente na formação de policiais.

A representante especial da Secretaria-Geral das Nações Unidas e chefe da missão, Sandra Honoré, afirmou que

os brasileiros serviram desde o início da missão e desempenharam um papel crítico ao longo dos anos, contribuindo para a estabilização do Haiti.

— As Nações Unidas e o povo haitiano são muito gratos pelo papel central que o Brasil desempenhou nos esforços para criar a estabilidade duradoura aqui, juntamente com as tropas de um total de 24 países.

Além de ser o maior país que contribuiu com tropas para o Haiti, o Brasil sempre teve um oficial-general como chefe do componente militar da missão.

Atualmente, a função é desempenhada pelo general de divisão Ajax Porto Pinheiro. Durante a formatura, ele destacou a atuação brasileira na área de segurança, no apoio à população nos desastres naturais e à realização de eleições.

Último contingente

O último contingente brasileiro é composto por 950 militares do Exército, da Marinha e da Força Aérea, distribuídos entre o Batalhão de Infantaria, que conta com grupamento de fuzileiros navais, e a Companhia de Engenharia de Força de Paz. A previsão é de que a maior parte da tropa retorne entre 10 e 17 de setembro. Outros 152 militares permanecerão no Haiti para finalizar o envio do material e a entrega da base brasileira.

Vanessa cobra do governo mudanças na reforma trabalhista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou a edição de medida provisória para modificar pontos da reforma trabalhista, aprovada em julho pelo Senado. Ela lembrou acordo segundo o qual Temer faria correções na proposta por meio de vetos e MPs.

— Essa medida provisória é necessária para corrigir arbitrariedades. Há tanta imoralidade que o próprio Ministério Público Federal entrou com ação de inconstitucionalidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pimentel ressalta Caravana da Esperança pelo Nordeste

José Pimentel (PT-CE) destacou a Caravana da Esperança, do ex-presidente Lula, que já percorreu vários estados do Nordeste.

— Em Quixadá (CE), tínhamos 40 mil pessoas na praça para discutir questões do Ceará, do Nordeste e do Brasil.

O senador lamentou retrocessos no social e na infraestrutura desde que a crise eclodiu em 2015, originada, afirmou, da insatisfação do PSDB com as eleições de 2014.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Otto alerta para situação dramática do Rio São Francisco

Sem afluentes em Minas Gerais, onde nasce, o Rio São Francisco está morrendo, alertou ontem Otto Alencar (PSD-BA). Ele disse que a bacia do São Francisco dá mostras de estar comprometida. A situação é muito grave, afirmou o parlamentar, salientando que em Pirapora (MG), à margem direita do rio, e na margem esquerda, onde está o município de Buritizeiro (MG), é possível atravessar o São Francisco a pé.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Elmano propõe a transposição de águas da Bacia Amazônica

Elmano Férrer (PMDB-PI) lamentou ontem a falta de planejamento de longo prazo para o abastecimento de água no país. Ele ressaltou que o Brasil vive “um momento dramático” e que compete ao Congresso buscar alternativas. Ele sugeriu a interligação dos rios da Bacia Amazônica, que têm 8% da água doce do mundo, ao semiárido nordestino e ao Cerrado próximo ao Pantanal mato-grossense.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário Mota pede verbas para o controle de fronteiras

Telmário Mota (PTB-RR) afirmou que o combate à violência urbana deve passar por uma educação de qualidade, oferta de trabalho e controle das fronteiras.

— Eu apelo ao governo para que reveja sua política de contingenciamento de gastos de setores essenciais para o desenvolvimento. Sou de Roraima, um estado de fronteira, e sei muito bem a falta que faz a vigilância permanente e eficiente nas fronteiras — frisou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Mercosul precisa se reinventar para ter mais peso global, aponta debate

Após 26 anos de formação, bloco deve apostar em energia, agronegócio e infraestrutura para conquistar mais mercados, disseram debatedores

O MERCOSUL PRECISA se esforçar para ter mais peso na economia global, afirmaram ontem os convidados para a audiência sobre a situação do bloco, 26 anos depois de sua formação. O debate foi promovido pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O professor Luiz Afonso Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disse que o Mercosul pode ter um “futuro brilhante”, mas admitiu que o bloco precisa fazer o “dever de casa”. Ele pediu mais atenção dos países do Mercosul com uma visão global e com a questão da infraestrutura, em especial nos setores de energia e transporte.

Senna citou como exemplo a malha rodoviária. Segundo ele, apenas 12% das rodovias brasileiras são pavimentadas. Na Argentina, são 26% e, na Índia, 40%. A integração rodoviária, disse, é importante para o escoamento da produção agrícola e para a integração comercial do Mercosul.

— Há ainda um grande esforço a ser feito para que o Mercosul seja considerado um importante player global. Precisamos, rapidamente, dar um salto na nossa infraestrutura.

Brasil

O vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, embaixador José Botafogo, destacou que as posições do Brasil e da Argentina são determinantes para os rumos do bloco.

Botafogo lembrou que as primeiras regras aduaneiras do bloco foram baseadas no modelo brasileiro. Para ele, o Brasil conseguiu um “sucesso considerável” com o Mercosul, como a expansão do setor automobilístico.

O embaixador pediu revisão dos objetivos nacionais e regionais do Brasil e apontou que há três áreas em que a integração regional deve orientar o Mercosul: agronegócio, energia e modernização de infraestrutura.

— Essa revisão pode fazer o Mercosul se tornar um caminho para o mercado global. Eu acho provável que terá de haver um novo acordo — afirmou o embaixador, que pediu maior integração com a Aliança do Pacífico.

A audiência foi sugerida pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTC-AL).



O Mercosul nasceu em 1991, com a assinatura, por Brasil, Argentina e Paraguai, do Acordo de Assunção

Collor afirma que bloco é garantia de paz na região

O presidente da CRE, Fernando Collor, disse que a principal conquista do Mercosul é a garantia de paz para a região.

Na audiência, o senador afirmou ser um entusiasta dos blocos comerciais e defendeu o entendimento do Mercosul com outros blocos e países.

Para ele, questões políticas e comerciais são importantes em um processo de integração. Collor apontou, porém, que o principal elemento da implantação do Mercosul foi a construção de um clima de paz no Cone Sul.

Na época do nascimento do bloco, disse, havia uma corrida armamentista entre Brasil e Argentina para a construção

de artefato nuclear. A disputa poderia criar um clima de instabilidade na região. Collor lembrou que, pouco antes da assinatura da criação do Mercosul, foi assinado um acordo entre os dois países para a não construção de armas químicas e nucleares.

— Em um mundo tão conturbado, quanto não vale essa conquista feita pelo Brasil e pela Argentina? Quem comercializa não quer guerrear, mas quer paz. E integração econômica significa paz — disse.

Interação

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Waldemir

Moka (PMDB-MS) e vários embaixadores acompanharam a audiência. Viana pediu reflexão sobre a exportação das commodities e cobrou mais apoio aos pequenos exportadores. Já Moka cobrou a conclusão do Corredor Bioceânico, ligação rodoviária entre o Brasil e o Oceano Pacífico.

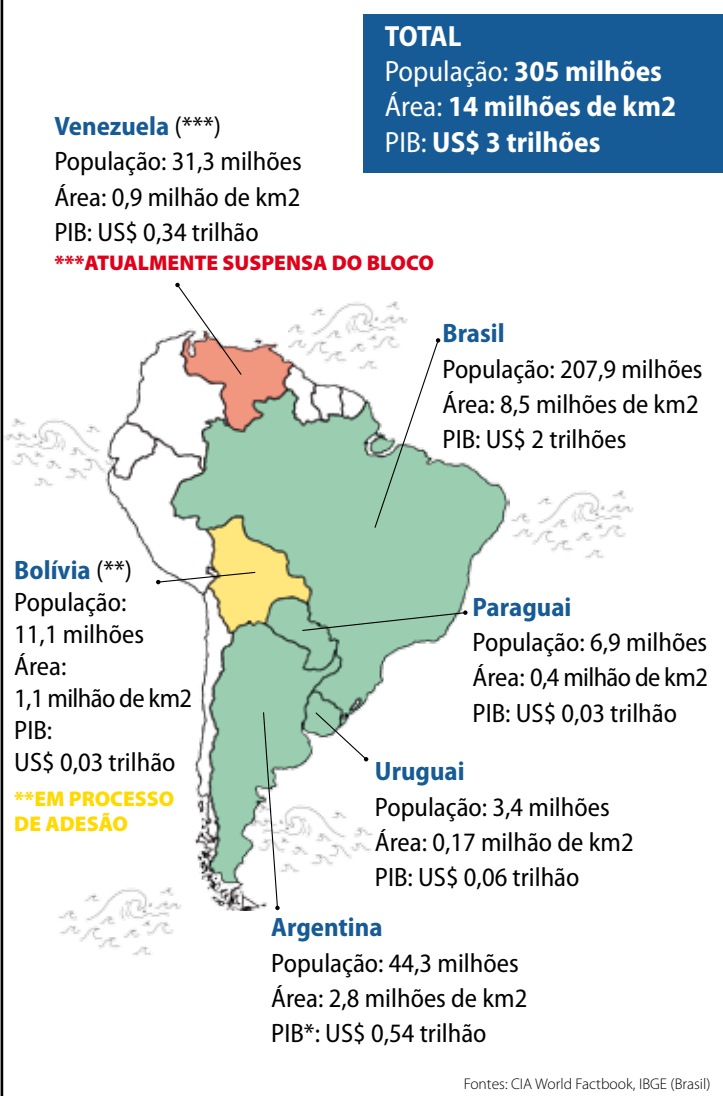
A audiência foi realizada em caráter interativo. Pela internet, Mônica Ebersol, do Rio Grande do Sul, pediu mais equilíbrio nas negociações e o fim das sanções comerciais. Já Andréa Campos, também do Rio Grande do Sul, reclamou da interferência política nas negociações comerciais entre os países do bloco.

Bloco econômico ainda tem potencial de crescimento

Em 1991, os presidentes de Brasil (Fernando Collor), Argentina (Carlos Menem), Uruguai (Luis Alberto Lacalle) e Paraguai (Andrés Rodríguez) firmaram o Tratado de Assunção, tornando realidade o sonho de um mercado comum sul-americano. Em 1995, os países do Mercosul adotaram a união aduaneira. O comércio interno do bloco, antes de R\$ 2 bilhões por ano, atingiu R\$ 20 bilhões em uma década. Em 2007, foi instalado o Parlamento do Mercosul. Entre outras medidas, foram firmados acordos para a padronização dos passaportes e das placas de automóveis. A Venezuela aderiu em 2006, mas acaba de ser suspensa do bloco. Em 2015, a Bolívia foi admitida, faltando a aprovação do Parlamento brasileiro para tornar-se membro pleno. O PIB do Mercosul é de US\$ 3 trilhões (quinta maior economia do planeta), e o comércio intrarregional tem potencial de crescimento. Na União Europeia, é de 69%. Na América Latina, de apenas 18% da economia regional.

O Mercosul em números

No dia 26 de março de 1991, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai assinaram o Tratado de Assunção e transformaram em realidade o mercado comum da América do Sul. Conheça, no mapa abaixo, os principais números dos países-membros do Mercosul e os seus respectivos status dentro do bloco econômico



Fátima defende segurança hídrica do Rio Grande do Norte

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que lutará, juntamente com a bancada do Rio Grande do Norte, para que não faltem recursos para a conclusão da Barragem de Oiticica e do projeto de integração das bacias do São Francisco.

— Temos mais de uma dezena de municípios no Rio Grande do Norte em situação de colapso do ponto de vista de segurança hídrica. Por isso, acertadamente, mais uma vez, a bancada federal vai destinar uma emenda impositiva coletiva para a Barragem de Oiticica — afirmou a senadora.

Wellington pede mais investimentos em infraestrutura

A infraestrutura precária compromete o futuro econômico de um país. O alerta foi dado por Wellington Fagundes (PR-MT). Na opinião do senador, nenhuma nação pode ser competitiva no mercado sem meios eficientes para o escoamento da produção.

— A carência de infraestrutura, senhoras e senhores, reduz a possibilidade de qualquer país vir a ser competitivo em qualquer área que seja. Um país sem uma logística adequada seguramente deixa suas riquezas pelo caminho.

Para Bezerra, maioria quer que Eletrobras seja privatizada

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) citou estudo da empresa Paraná Pesquisa revelando que a maioria dos brasileiros, embora por pequena margem de diferença, apoia a privatização da Eletrobras. Ele lembrou que a proposta ainda terá que ser debatida no Congresso.

— É um setor que hoje está aberto ao capital nacional e internacional e, portanto, não é verdade que essa democratização do capital da Eletrobras vá contrariar os interesses importantes para o desenvolvimento da infraestrutura e da economia.

Aprovação do impeachment no Senado completa 1 ano

Após decisão dos senadores, Dilma Rousseff passou à condição de ex-presidente da República e Michel Temer, que governava o país interinamente, assumiu a chefia do Executivo em definitivo

ERAM 13H34 DO dia 31 de agosto de 2016, uma quarta-feira, quando o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, acionou o painel eletrônico do Plenário do Senado. Encerrava-se uma rápida votação, que durara 150 segundos. O gesto, no entanto, representou a desfecho da saga política que mantivera o Brasil em suspense por mais de um ano.

O resultado exibido no painel — 61 votos “sim” e 20 votos “não” — significava a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff, a 36ª presidente do Brasil, que cumpria o segundo mandato.

Era o fim de um processo que havia começado oficialmente em dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha — adversário declarado de Dilma Rousseff —, decidira aceitar a denúncia apresentada três meses antes por um trio de juristas.

Na quinta-feira passada, a deposição da presidente completou um ano.

Contas públicas

O impeachment apontava no horizonte do governo e da coalizão liderada pelo PT e PMDB desde o início do segundo mandato da presidente, marcado por desavenças com o Congresso Nacional, crise econômica e insatisfação popular.

A crise provocada pelo desajuste das contas públicas forneceu a base do pedido de afastamento assinado por Hélio Bicudo (um dos fundadores do PT), Janaina Paschoal (advogada e professora de direito da Universidade de São Paulo) e Miguel Reale Júnior (jurista e ex-ministro do PSDB). Nele, a presidente era acusada de comprometer a solidez fiscal do Tesouro Nacional por meio de manobras deliberadas.

De acordo com sua defesa, os atos foram regulares e não se diferenciaram das práticas de governos anteriores.

Operação Lava Jato

Ao lado da discussão técnica, o impeachment foi dominado por um acirramento político acima da média, levantou questões sobre a democracia do país e deixou reflexos nas instituições. Também trouxe à tona inevitáveis comparações com o afastamento do ex-presidente Fernando Collor, mais de 20 anos antes.

A oposição usou fatos da crise política para fortalecer a acusação contra a presidente

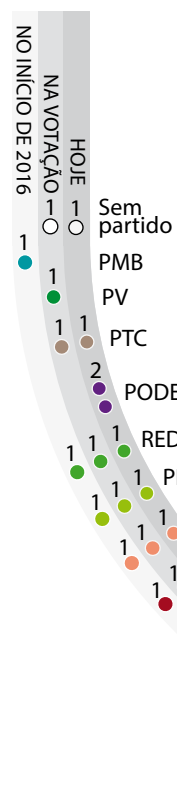
Dilma. A Operação Lava Jato, que revelava a cada dia mais detalhes sobre esquemas de desvio de recursos da Petrobras para políticos e partidos, foi exibida como evidência adicional contra o governo.

Os senadores opositores destacaram a crescente impopularidade da presidente e a

perda de apoio parlamentar para dizer que Dilma havia perdido as condições de governar.

Além disso, segundo eles, a piora dos índices econômicos urgia o Congresso Nacional a usar o impeachment como saída para recuperar a confiança do mercado.

Crise política mudou tamanho das bancadas dos senadores



A crise política que levou ao impeachment de Dilma se refletiu na composição das bancadas do Senado ao longo de 2016. As forças políticas se repositionaram. O PT entrou no ano do impeachment com a segunda maior bancada (13 representantes) e sofreu quatro baixas. A principal delas foi Delcídio do Amaral (MS), preso em 2015 quando era líder do governo e cassado em 2016. Aliado da presidente, o PDT passou de 6 para 2 senadores. O PMDB, partido do vice e sucessor de Dilma, engrossou as suas fileiras. Ganhou 4 integrantes. Quem também cresceu foi o PSD, que pulou de 3 para 5 senadores. Em um caso curioso, PSDB — principal partido de oposição a Dilma e integrante da base de Temer — viu muita movimentação de senadores entre 2016 e hoje, sem que isso alterasse o tamanho total da bancada. Mas não foi apenas o impeachment que afetou a dança das cadeiras do Senado. Dois senadores que apoiaram a deposição de Dilma Rousseff já abriram dissidência contra o governo de Michel Temer e inauguraram uma bancada inédita: a do Podemos, nova identidade do PTN. Os representantes são Alvaro Dias (PR), ex-PSDB e PV; e Romário (RJ), ex-PSB.

Dilma foi acusada de fazer má gestão do dinheiro público

Dilma foi condenada por crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária e contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos. A denúncia identificou dois vetores para esses crimes:

- A edição de seis decretos de créditos suplementares ao Orçamento sem autorização prévia do Congresso Nacional, que provocaram acréscimo da despesa para além da meta fiscal estabelecida para 2015.

- O atraso proposital no repasse de recursos para subsídios do Plano Safra ao Banco do Brasil, o que configurou operações de crédito entre o banco e o seu controlador, a União — as chamadas pedaladas fiscais.

Segundo a acusação, os decretos evidenciaram descaso da presidente com a responsabilidade fiscal e desrespeito ao papel do Congresso na elaboração do Orçamento da União. Ao longo do processo,

dois deles foram retirados da peça acusatória e a sentença final apontou quatro decretos como irregulares.

As pedaladas foram medidas tomadas pelo governo para mascarar o rombo fiscal do país e fabricar um superavit artificial após uma rotina de descontrole de gastos. Esse processo ficou conhecido como “contabilidade criativa”.

A defesa argumentou que as práticas apontadas pela denúncia não foram inauguradas por Dilma, tendo sido comuns a todas as administrações federais anteriores. Além disso, elas não podem ser classificadas como ilegais. Os decretos não interferem no panorama da meta fiscal até a sua execução, que só foi efetivada depois de a meta ter sido expandida — com anuência do Congresso. Já os atrasos nos repasses ao Banco do Brasil foram apenas operacionais e circunstanciais, fruto da pe-



Dilma Rousseff no dia em que esteve no Senado para apresentar defesa

Marcos Oliveira/Agência Senado - 29/8/2016

Saiba mais

As reportagens desta página foram escritas pelos repórteres Guilherme Oliveira e Nelson Oliveira originalmente para o Portal de Notícias do Senado, com uma série de recursos gráficos interativos. Acesse as reportagens por meio dos links abaixo:

Linha do tempo interativa



<http://bit.ly/linhadotempoUmAno>

Infográfico das etapas



<http://bit.ly/etapasUmAno>

Senadores avaliam



<http://bit.ly/avaliacoesUmAno>

Um país, dois impeachments



<http://bit.ly/umpaisUmAno>

Projetos



<http://bit.ly/projetosUmAno>

Sistema de governo



<http://bit.ly/sistemaUmAno>

Através de nossas lentes



<http://bit.ly/nossaslentesUmAno>

- Denúncia: <http://bit.ly/denunciaUmAno>
- Relatório: <http://bit.ly/relatorioUmAno>
- Sentença: <http://bit.ly/sentencaUmAno>